

DOI: <http://dx.doi.org/10.19177/rcc.130120189-25>

1968. UMA ANAMNESE*

Artur de Vargas Giorgi**

SENDO DADOS

Em janeiro, um terremoto devasta a Sicília. Em Praga começa uma insustentável Primavera. A Ofensiva do Tet e o ataque a Embaixada norte-americana em Saigon abalam a certeza da vitória dos Estados Unidos na guerra do Vietnã, que segue, já, a lógica midiática do espetáculo. No mesmo mês, ainda, Derrida pronuncia “La différence” na Sociedade Francesa de Filosofia. Logo, maio incendeia a França e irradia pelo mundo. Pouco antes, em março, Merce Cunningham encena *Walkaround Time*, com música de David Behrman e cenários de Jasper Johns feitos a partir do *Grande vidro*, de Marcel Duchamp. Em abril, Luther King é assassinado; Robert Kennedy, pouco depois, em junho, mesmo mês em que Valerie Solanas atinge Andy Warhol com três tiros. É lançado o álbum *Tropicália ou Panis et Circencis*. No mesmo ano, ainda, Barthes publica “O efeito de real” e “A morte do autor”; Deleuze, *Diferença e repetição*. Kubrick lança *2001: uma odisséia no espaço*; Pasolini apresenta *Teorema*; Sganzerla, *O bandido da luz vermelha*. Morre Manuel Bandeira. Em São Paulo, estudantes da Universidade Mackenzie e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP se enfrentam na Rua Maria Antonia, sintetizando a polarização ideológica do momento. Ciudad de México é marcada pelo Massacre de Tlatelolco. Leopoldo Maler apresenta em Londres *Listen Here Now*, montagem de livro benjaminiano de León Ferrari (*Palabras ajenas*), composto por citações, com personagens emblemáticos da tanatopolítica da civilização ocidental e cristã. Augusto Abelaira publica *Bolor*. Morre Marcel Duchamp. Em Rosario, a apresentação de *Tucumán arde* aponta um limite para a radicalização do itinerário da vanguarda argentina. A ditadura brasileira recrudesce o estado de exceção com o Ato Institucional n. 5. Caetano Veloso e Gilberto Gil são detidos em São Paulo e levados a Vila Militar, no Rio de Janeiro, onde são presos com Ferreira Gullar, Perfeito Fortuna,

* Este texto, enquanto proposição de abertura do dossiê de mesmo nome organizado pelo autor e publicado na primeira edição de 2018 da revista *Crítica Cultural* (v. 13, n. 1), dificilmente poderia ser considerado uma “apresentação”, tanto no sentido acadêmico mais corrente como em seu formato mais praticado. Ao contrário, trata-se de um ensaio que desobedece e extrapola (em extensão, intenções, estilo etc.) não só o que seria o “gênero” textual em questão, mas também o padrão de “artigo científico” consensualmente aceito por periódicos acadêmicos. De certo modo, como poderá ser visto também em outros textos do dossiê referido, poderia tratar-se, quem sabe, de uma reverberação do tectônico ano de 1968. De qualquer modo, ao menos o reforço do trabalho de arquivo gostaria de mostrar que essa ressonância de inclinação arqueológica pode ser tudo, menos paródica ou farsesca; afinal, repetir é também amplificar; é diferir e disseminar; ou seja, como um eco, 1968 retorna, mas do futuro: do que está por vir. Em tempo, ainda, o autor agradece especialmente a todos os colaboradores do dossiê, que sem dúvida contribuíram para o desenvolvimento deste texto, e aos co-editores de *Crítica Cultural*.

** Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL). E-mail: artur.vg@hotmail.com.

Paulo Francis, entre outros. O ciclo da modernidade, com suas grandes narrativas, parece chegar ao paroxismo, enquanto a chamada pós-modernidade, múltipla em ficções, já prepara um campo de disputas resistente ao consenso... Enfim, talvez Zuenir Ventura tenha acertado na síntese: 1968 é um ano que não terminou.

NACIONAIS, INTERNACIONAIS

Uma anamnese de 1968 não se dissociará da contenda pelos sentidos lábeis da história, ou seja, não se dissociará da disputa acerca das consignas e dos marcos, dos movimentos de impugnação e reivindicação de significantes com os quais se tece isso que se nomeia, na falta de melhor nome, realidade. Daí que a ficção, em suas múltiplas modulações, não seja um regime discursivo alheio e autônomo: na literatura, na história, na ciência, na filosofia etc., o que está em jogo é sempre uma *produção* que segue a ordem do artifício, da prótese, do suplemento.

Como em outros cenários onde se desenrolaram os confrontos tributários da tensão ideológica que se seguiu à segunda guerra mundial, no espaço latino-americano do Cone Sul o período que compreende as décadas de cinquenta, sessenta e setenta é indissociável dos golpes militares e cívico-militares que consolidaram regimes de exceção nada alheios à cartilha beligerante dos Estados Unidos: se a América Latina se mostrava receptiva ao apelo comunista, Estados de moldes totalitários, controlados por militares, poderiam servir de fogo de barragem¹. Esse contexto de enfrentamento reunia os países do Cone Sul numa mesma “crise”, um mesmo projeto de princípio igualitário, animado notadamente nos anos setenta: a América Latina como nação. Para isso, havia a necessidade de alinhar uma tomada de partido em bloco, em razão do ineludível pertencimento de todos à marcha ocidentalizante que então se mostrava como uma história cindida, com concepções internacionalistas mutuamente excludentes. O que não invalidava, contudo, as fortes marcas locais, as feições políticas e culturais que essa tensão assumia em cada um dos países em questão, em cada cenário singular onde se materializavam seus dramas e mediam suas forças. Trata-se, neste caso, da resistência movida pela consigna do *nacionalismo*, nas diversas formalizações (das mais conciliadoras às mais combativas) da demanda do “nacional”, esta muitas vezes conjugada com distintos agenciamentos do “popular”. Tais demandas, que há tempos eram rastreáveis no discurso local (remetendo ao romantismo ou ao marco das guerras de independência e formação dos Estados nacionais, no quadro ampliado de uma nova ordem mundial), com frequência terminavam por obliterar as visões de mundo não-ocidentais (e não-ocidentalizantes) e dificilmente escapavam de uma basculação entre o particular e o universal², para empregar aqui dois termos caros à época para aqueles que vinham na esteira de Hegel, Marx ou Lukács.

¹ Nesse contexto, a Escola das Américas, na zona do Canal do Panamá, foi uma das instituições norte-americanas envolvidas na planificação de operações e adestramento militar, incluindo a prática de rotinas de tortura, nos marcos da Doutrina da Segurança Nacional, destinada a garantir a cooperação das forças armadas latinoamericanas com os Estados Unidos e assim coibir o avanço comunista na região.

² No sentido de que as tentativas de totalização das forças em jogo constrangiam, em grande medida, as tomadas de posição, porquanto estas eram reduzidas a uma bipolaridade, o que aparece numa síntese como

O desenho das possíveis constelações articuladoras do “nacional” e do “popular” parecia sujeito, assim, e antes de tudo, à ambivalência dos discursos ideológicos e suas condensações, em maior proximidade ora com um pensamento de esquerda devidamente aclimatado e depurado, vale dizer, menos encorpado pelo universalismo da doutrina marxista, ora com um ideário de direita empenhado na defesa e conservação da “tradição nacional” contra quaisquer contaminações progressistas. Se, como afirma a anedota, “los argentinos, lo sepan o no, somos todos peronistas”, o mesmo poderia ser dito a respeito desse *inter-nacionalismo* “comum” ao Cone Sul ou à América Latina, tão compartilhado quanto resistente a uma uniformização devido aos inúmeros matizes com que se apresenta. Assim, por um lado, houve o ostensivo endividamento norteamericano – afinal, era o país que mais gozava de crédito no mercado mundial – que impulsionou um nacionalismo expandido, desbordado, latino-americanista, baseado na recusa de todo um *ethos*, por assim dizer, e que se manifestava em episódios que permitiam alentar e aparentemente faziam coincidir o amplo espectro do ideário socialista comprometido com uma transformação estrutural da sociedade, fosse essa transformação operada pela via revolucionária ou reformista, em todo caso conduzida com a participação popular (Cf. TERÁN, 2007). E, não obstante, no caso da Argentina, esse mesmo impulso foi determinante para a redefinição das consignas que enfeixavam um nacional-popular idiossincrático, em grande medida dobrado sobre si e delineado por um entendimento enfrentado (porquanto não isento de revisões e dissídios) de setores de intelectuais provenientes da esquerda ilustrada e a organização popular de heterogêneas franjas em pugna do peronismo hegemônico (uma disputa em que, além do mais, estava em jogo o sentido da própria figura de Perón: do seu surgimento das filas de um nacionalismo militar, passando pelo exílio durante a proscricção do partido, seu regresso e aquilo que deveria ser considerado o seu legado)³. Isso enquanto a reação castrense, por sua vez, e sem nunca se afastar realmente do poder, seguia maquinando, em seus uniformes, junto à oligarquia e com o apoio de importantes setores da Igreja, a defesa do seu próprio “nacional” (mais o Estado do que a nação) por meio da tanatopolítica “antissubversiva”, mas em nome, precisamente, da “civilização ocidental e cristã”, isto é, em nome da economia, da gestão do mundo já feita através do consumo, do espetáculo, e com tudo aquilo que sua boa administração deve ser capaz de absorver, para poder excluir⁴.

a de Alfredo Bosi, muito embora o crítico aponte para uma heterogeneidade resistente: “América Latina é um conceito que nasceu e tem crescido em um clima de oposição. América: o que não é Europa. Latina: o que não é anglo-saxão ou, mais aguerridamente, o que não é norte-americano. É quase impossível pensar ‘América Latina’ fora desse contexto polêmico de anticolonialismo. Foi a história da empresa imperialista, primeiro inglesa, depois ianque, agora multinacional, que veio alimentando em alguns círculos intelectuais, desde os fins do século 19, uma consciência latino-americana. Daí a sua dimensão política, daí o seu sentido emotivo e moral de ‘valor’, que só se afirma e avulta quando posto diante da ameaça comum, mas que pode vacilar e tornar-se ‘problema’ quando pensado em si mesmo, a partir da sua estrutura interna” (BOSI, 1981, p. 5). Ainda sobre o assunto, cf. PERRONE-MOISÉS, 2007.

³ O que foi acompanhado, como se sabe, por uma mudança da ideia que se tinha a respeito do intelectual e seu papel na sociedade. Trata-se, entre outras coisas, da presença da figura sartreana do compromisso (algo abalada, em sua concepção de sujeito, pelas leituras de Lacan e Althusser) e da penetração das ideias de Gramsci, com a passagem, então, do intelectual “tradicional”, do “comprometido”, ao “intelectual orgânico”.

⁴ Sobre o apoio de setores da Igreja, considere-se que na Argentina, como em outros países do continente, os ecos do Concílio Vaticano II (1962) e as encíclicas de João XXIII, a *Populorum Progressio* (1967) de Paulo VI e os documentos da II Conferencia del Espiscopado latinoamericano (1968) em Medellín

No Brasil, não houve, a rigor, um fenômeno análogo ao peronismo; mas, passada a depressão do começo da década de 1930 e marcado o aprofundamento do abismo entre liberalismo e democracia, um nacionalismo popular, compreendido como ideal estatal de uma soberania mais horizontal ou participativa, por assim dizer, pode ser reconhecido, por um lado, no trabalhismo de Getúlio Vargas, e posteriormente nas reformas de base pretendidas por seu herdeiro político João Goulart e nas propostas de Leonel Brizola. E, como em outros espaços latino-americanos, em paralelo ao acirramento da ditadura, surgem das vozes dissonantes da intelectualidade de esquerda os alentos revolucionários advindos do foquismo castro-guevarista, e mesmo do maoísmo, que pretenderam somar-se mais organicamente, por meio da constituição de partidos e grupos minoritários, ao coro dos sem voz, progressivamente optando pela via armada. Vozes que afinal se contrapuseram às orientações dominantes e basicamente reformistas do marxismo burocratizante do Partido Comunista Brasileiro, que, embora desgastado com as cisões atreladas à aclimação teórica das linhas dissidentes, permanecia refém de sua própria generalização, “especializado na inviabilidade do capitalismo, e não nos caminhos da revolução” (SCHWARZ, 1978, p. 67), e como que oscilando entre o que vinha sendo um excesso de otimismo (ou de ingenuidade) a respeito da tão esperada quanto já frustrada união de forças com a pequena burguesia local (Cf. RIDENTI, 2010). Isso num cenário que – a consciência de classe fazia crer – o populismo nacionalista pré-golpe haveria preparado com bases reais de sustentação. Não obstante, os mesmos significantes em jogo não deixaram de ser apropriados pelo discurso dos golpistas de 1964 e, logo, dos gestores e técnicos do “milagre econômico”: nos mesmos marcos de um nacionalismo ufanista, tratava-se da – recentemente retomada – valorização da Família, numa tríade exitosa com Deus e a Liberdade (e nesta família, é claro, incluía-se o laço fraterno: *brother Sam* e, sem demora, *hermanos* de Plano Condor); tratava-se da contenção do comunismo, ou seja, da garantia de “ordem” e da defesa da propriedade privada (mais urbana e menos latifundiária); da comunicação de massa e para “as massas” (Cf. PAES, 1997, p. 54-55); do empresariado local e do capital multinacional. O que encontrava tradução possível na altiva consigna oficial “Brasil, ame-o ou deixe-o”, em que o modo imperativo e a disjuntiva sobressaem, confirmando o tom autoritário que impunha o *uno* e, no entanto, deixava falar, ironicamente, o que à força era calado e devia ser afastado: “O último a sair apague a luz”, replicava-se. Este caso de uma espécie de nacionalismo “pragmático” ajustava-se bem à Doutrina da Segurança Nacional e às demais iniciativas externas canalizadas através do Itamaraty e dos desígnios da OEA, instituição que teve, através da figura de José Gómez Sicre, diretor da unidade de Artes Visuais da Organização e árbitro dos gostos internacionais, papel de destaque na construção da hegemonia cultural estadunidense no período⁵. De acordo com os moldes desse nacionalismo, portanto,

causaram a divisão de sacerdotes e leigos da Igreja local, de tradição conservadora. Trata-se do contexto da Teologia da Libertação (o franciscano Leonardo Boff foi um dos pioneiros no Brasil). Do encontro de bases peronistas com militantes católicos radicais, nacionalistas e marxistas sairia a via armada dos Montoneros. Cf. Altamirano (2001).

⁵ Nascido em Cuba, José Gómez Sicre desempenhou-se como diretor de Artes Visuais da OEA de 1948 a 1976 e foi decisivo para a “promoção” e o “reconhecimento” da arte latino-americana nos Estados Unidos – depurada, vale frisar, de indigenismos e regionalismos, para ser afim aos “valores continentais de esencia universal” –, favorecendo assim uma nova modalidade retórica da guerra fria, que tinha como propósito

“popular” poderia ser traduzido pelo que se conhece por “classes médias urbanas”, enquanto “nacional”, por sua vez, encontraria um equivalente em “homogêneo”, ou seja, na administração de uma coerência social imposta que manifestasse tanto quanto sustentasse esse controle vertical de um Estado forte, conservador, mas com projeto modernizante, aliado aos fluxos do grande capital e necessariamente afastado de quaisquer iniciativas de ampliação do fluxo comum⁶. Com efeito, após dezembro de 1968, foi marcante o refluxo dos chamados “movimentos de massa” (compostos majoritariamente por aquela mesma classe média, principalmente estudantes e demais setores intelectualizados), que até então encontravam espaço nas ruas, onde um imaginário compartilhado, mas sem acordo quanto às suas nuances, fazia circular, com liberdade vigiada, as mais variadas noções de “resistência”: da não-violência *tout court* às respostas que se posicionavam sobre a possibilidade de um caminho institucional, reconhecendo-o ou negando-o; respostas para as quais a saída estava, respectivamente, ou na democracia pela via eleitoral, que poderia levar à “libertação nacional” pela “revolução burguesa”, ou então, diante do bloqueio, na luta pela via armada, na tática de guerrilha que no limite, separada da representatividade, pretendia forçar a passagem para a superação do capitalismo e a implantação, sem mediações, da “revolução socialista” no Brasil.

Assim, os efeitos das contendas pelo sentido não podem ser descontados. O que se constrói com a linguagem não é “parte” alheável de uma realidade nem pode ser tratado como “tema”, “representação” ou adereço “retórico”. Ao contrário, o duplo vínculo da linguagem faz com que ela seja a matéria constitutiva do mais concreto dos mundos. Em outras palavras: a centralidade de um *afeto* na constituição dos heterogêneos laços sociais não se dissocia da impossibilidade de fixação de qualquer unidade social em um objeto conceitualmente apreensível, ou seja, em um resultado, garantido *a priori*, que obliteraria a centralidade da *nominação*: da produtividade de um significante não tributário de uma unidade conceitual precedente, e que assim sustenta a opacidade do processo da significação (Cf. LACLAU, 2005). Por isso, a despeito dos esforços empregados pelos sujeitos que os enunciam, os significantes em questão mantêm uma conexão sempre precária e questionável com seus referentes, e as fixações, sempre parciais, dos sentidos que mobilizam apontam, notadamente, para uma extrema volatilização dos valores, que potencialmente se aproximam dos valores também voláteis de outros significantes disponíveis numa cadeia de equivalências compartilhada e em cuja extensão se dá o deslocamento e a condensação momentânea dessas intensidades⁷. “Nacional”, “nação”,

interferir na identificação de artistas e intelectuais latino-americanos com a Revolução Cubana (Cf. GIUNTA, 2008).

⁶ É certo que tampouco internamente, nos quartéis e à frente do Executivo, o Estado militar logrou essa homogeneização. Não só o afastamento de políticos aliados (devido ao fechamento político do governo e a suspensão dos antigos partidos, em 1965, com o AI-2), mas também as disputas intramilitares, a começar com as diferenças da cúpula da “linha dura” em relação às demais forças presentes (militares nacionalistas, de esquerda, de baixa patente etc.), foram determinantes para a progressiva desestabilização oficial e o longo processo de “abertura” e “redemocratização”.

⁷ Embora aqui os termos destacados sejam variados (*povo, nacionalismo, nação, nacional-popular*, em sua contenda com o *internacionalismo, imperialismo* etc.), busco aproximar-me da argumentação de Laclau a respeito do populismo e da formação da identidade popular, ou simplesmente do “povo”, como a constituição de uma identidade singular antagônica ao poder estabelecido, a partir de uma cadeia de equivalências entre demandas insatisfeitas particulares. *Grosso modo*, a atribuição de sentido aos

“popular”, “povo”, “trabalhadores”, “tradição”, “social”, “liberdade”, “justiça”, “ordem”, “progresso” etc. foram termos comumente articulados entre si e defendidos por distintos matizes dos discursos da esquerda e da direita, participando da formação de suas totalizações ideológicas. De modo que, por não haver um “verdadeiro referente” conceituável, pode-se afirmar que estão em jogo, aqui, significantes vazios ou flutuantes, com os quais os sentidos tenderiam mais facilmente a expor-se, em um horizonte de antagonismos, como uma suspensão ou indecisão do próprio sentido (assim como do que seria um sentido “próprio”)⁸. Qualquer tentativa de definição positiva desses termos inevitavelmente se depara com a resistência de uma ausência constitutiva – como um objeto mítico que não cessa de se retirar – apenas contornável mediante as articulações dos significantes (consignas, figuras, símbolos etc.), que são investidos de tal maneira que se convertem nos nomes dessa ausência de unidade.

Uma projeção pretensamente abarcadora mostraria o contrário do que pretende. Ainda que em contenda, que afinal todos fossem nacionalistas: no limite, eis um modo de dizer o que finalmente ninguém saberia *ser*; ou de dizer que, assim como esses outros significantes – *nacionalismo*, *nação*, *nacional* –, com os quais se cola e se desloca, *nacionalista* designaria um sujeito ou uma posição tão apropriável, tão “nacional” quanto a própria linguagem, ou para dizer de outro modo, tão “inata” ou “natural” como aquilo que se costuma chamar de “língua materna”, numa expressão conciliadora do conflito inerente à “aquisição”, “transmissão” ou “investidura”. Nesse preciso sentido, então, desfaz-se a *teleologia* num devir macunaímico: algo que de algum modo vira, e vira, e vira, e vira, sem caráter nem tributo. No centro de cada um desses significantes se produz um excedente impróprio: estraneidade, *galimatias*, *charabia*, a *algaravia* de um espaço de estranhamento e disputas⁹. O nacional não se encontra na tradição (linear), senão na

significantes em questão pode ser analisada seguindo a mesma lógica ou razão: “Cualquier identidad popular requiere ser condensada, como sabemos, en torno a algunos significantes (palabras, imágenes) que se refieren a la cadena equivalencial como totalidad. Cuanto más extendida es la cadena, menos ligados van a estar estos significantes a sus demandas particulares originales. Es decir, la función de representar la ‘universalidad’ relativa de la cadena va a prevalecer sobre la de expresar el reclamo particular que constituye el material que sostiene esa función. En otras palabras: la identidad popular se vuelve cada vez más plena desde un punto de vista *extensivo*, ya que representa una cadena siempre mayor de demandas; pero se vuelve intensivamente más pobre, porque debe despojarse de contenidos particulares a fin de abarcar demandas sociales que son totalmente heterogéneas entre sí. Esto es: una identidad popular funciona como un significante tendencialmente vacío. [...] en una relación equivalencial, las demandas no comparten nada positivo, sólo el hecho de que todas ellas permanecen insatisfechas. Por lo tanto, existe una negatividad específica inherente al lazo equivalencial” (LACLAU, 2005, p. 125).

⁸ Laclau distingue as duas categorias – significante vazio e significante flutuante – com base na estruturação da fronteira dicotômica que separa o “povo”, como ator histórico, do poder estabelecido que ele enfrenta. Os significantes flutuantes seriam aqueles que estariam suspensos por uma fronteira móvel entre as demandas das duas cadeias equivalenciais antagônicas (as do “povo” e as do *statu quo*), enquanto os significantes vazios, graças a uma fronteira fixa, se articulariam unilateralmente, do lado das demandas insatisfeitas da identidade popular. Ainda assim, Laclau salienta que ambos “deben ser concebidos como dimensiones parciales –y por lo tanto analíticamente delimitables– en cualquier proceso de construcción hegemónica del ‘pueblo’”. Além disso, “el ‘pueblo’ siempre va a ser algo más que el opuesto puro del poder. Existe un real del ‘pueblo’ que resiste la integración simbólica” (LACLAU, 2005, p. 168/191).

⁹ Contaminados por um sussurro oriental, entre o árabe, o castelhano, o francês e o português, os termos remetem a uma “linguagem confusa”, “ininteligível”, “bizarra”, “obscura”; a um “vozerio”, uma “gritaria”; a uma “estrangeirice”, “estranheza” etc. Raúl Antelo propõe que a *Algaravia*: “Não busca a nação como forma, mas a nação como processo de metamorfose”; correndo paralelamente em suas construções, mas de acordo com a impossibilidade de serem concebidos como um já-dado, “os campos da literatura e do

tradução (disseminada) ou, mais ainda, numa extradição, naquilo que pressupõe como uma relação de força entre sujeito e linguagem (ANTELO, 2010, p. 18-19). Trata-se, afinal, de uma “área gris de contaminación” que não deve ser considerada “el resultado de ninguna marginalidad política”, senão “la esencia misma de lo político” (LACLAU, 2005, p. 275).

CAPITAIS: BRASÍLIA, TRANSPLANTE, A-FUNDAÇÃO

Em seu estudo sobre a *autoridade*, Hannah Arendt deixou claro de que modo o conceito remete ao legado ocidental romano e se articula, intimamente, com a importância da *fundação*. “No âmago da política romana, desde o início da República até virtualmente o fim da era imperial, encontra-se a convicção do caráter sagrado da fundação, no sentido de que, uma vez que alguma coisa tenha sido fundada, ela permanece obrigatória para todas as gerações futuras” (2016, p. 162). Abalada pelo mundo moderno e sua crise – que atingiu igualmente, como sabemos, a estabilidade da tradição, a comunicabilidade da experiência, a unicidade da aura, a vida de Deus etc. –, a autoridade (*auctoritas*), escreve Arendt, “é derivada do verbo *augere*, ‘aumentar’, e aquilo que a autoridade ou os de posse dela constantemente aumentam é a fundação” (2016, p. 163-164). Trata-se de um “acréscimo” que não se confunde com a violência e tampouco com a persuasão, mas configura-se, com efeito, como um conselho que não se pode ignorar sem risco: uma maneira de garantir a necessária permanência do que foi fundado, por meio da correção das vontades e das ações que, contingentes, poderiam, de outro modo, resultar em erro e engano. Agora, seria possível transplantar a fundação? E seria possível repeti-la? Corrigi-la? Alguma autoridade o aconselharia? E como isso diz respeito a algumas das aporias de 1968?

Brasília e Buenos Aires mobilizam ficções que permitiriam considerar a fundação como um princípio ausente. Por certo, ambas as cidades a encenaram como a tentativa de elaboração de um problema *capital*: problema de uma razão de Estado; lugar ideal para o corpo da Nação e de seus nascidos; ápice da lógica do investimento, do crédito e da gestão econômica dos fluxos, dos comércios; *arkhé* de todo *telos* e, também, *telos* de toda *arkhé* etc. Seja como for, nessas cenas diríamos tratar-se sempre de uma questão de transplante, de prótese, de suplemento; questão de um artifício exposto, emblematicamente, por ocasião de 1968 e seus embates.

O *transplante*, como metáfora tributária de um pensamento não rizomático, mas sim arborescente, é, como se sabe, um conceito caro à sociologia e à antropologia da modernização. Encontra-se em Sérgio Buarque de Holanda, Antonio Candido, Darcy Ribeiro, Ferreira Gullar, Mário Pedrosa etc. Em certo sentido, aponta o caráter secundário e, por assim dizer, *gauche* de nossas cidades, nossa modernização, nossa literatura, nossa cultura. Em intervenções a respeito da fundação da nova capital brasileira, Mário Pedrosa, por exemplo, retoma, dotando-o de signo positivo, o mítico desvio fundacional da nação:

nacional não conhecem fronteiras precisas, podendo, enfim, avançar-se o critério paradoxal da excentricidade como o mais apropriado princípio de definição para a literatura e para o nacional” (ANTELO, 2010, p. 7/18).

o “transplante” que evidencia a ausência de uma tradição nacional própria é precisamente o que “condena” a cultura brasileira ao moderno. Dessa maneira, o gesto fundacional confunde-se com um gesto desbravador, colonial à portuguesa, como aquele de Cabral; gesto que também tem o signo invertido: não descobridor – de um descobrimento indolente, como haveria sido, para Buarque de Holanda, a aventura portuguesa –, mas sim construtor, temperado segundo a lógica que afirma que uma civilização pode surgir, como um oásis, onde e porque uma cultura natural foi inexistente ou impossível. Conquanto se posicionasse criticamente a respeito do imperialismo que assediava a linguagem internacionalista das artes, assim como a respeito do nacionalismo que tendia a regionalizar as expressões de tipos naturais, Pedrosa não deixava de se colocar ao lado das teorias modernizadoras que acreditavam na possibilidade de uma evolução, não como aquela ditada pela organicidade da estirpe europeia, mas sim como a que seria propiciada pelo contato antropofágico do dado local com uma técnica, um poder que, aos olhos do crítico, teria capacidade criadora e geradora de síntese. Em uma palavra: “natural”, por aqui, seria a negação da natureza (PEDROSA, 1998, p. 390). E o que seria Brasília, neste caso? Algo como uma flor de estufa, uma flor azul no jardim da técnica.

Não à toa, Brasília é assediada por uma acefalia crítica que refaz *a contrapelo* sua história. Nesse sentido, diríamos que os desígnios acéfalos da capital já estariam cifrados em sua origem, e que esta origem está atravessada de temporalidades dissímeis. Com ela retorna uma imagem de 1893 que é indissociável dos marcos e dos destinos da recém-proclamada República: no polêmico quadro de Pedro Américo, o Tiradentes esquartejado é tanto um herói político esclarecido como um mártir cristão; mas, decapitado, e assim pouco favorável à formação arborescente do panteão nacional, sua figura dá a ver, cruamente, uma nação que se erige em pedaços; uma nação que nasce já ferida de morte, como um cadáver disposto sobre a mesa biopolítica em que operam os modernos Estados-Nação. Clarice Lispector, Paulo Leminski, Nicolas Behr, Rosângela Rennó, Adirley Queirós, Vladimir Carvalho, entre outros, seriam moduladores contemporâneos dessa crítica *a-fundacional* que, expondo suas crises intestinas, desloca a fundação de Brasília da culminância lógica e exuberante de um plano civilizatório republicano; plano retraçado principalmente, como se sabe, pelo vocabulário internacionalista moderno, segundo o qual a capital seria o emblema da continuidade vernacular, e por isso genuína, das premissas urbanísticas de Le Corbusier. Distanciada desse seu planejado destino, Brasília é recolocada no deserto (ao lado de Canudos, perto de Desterro etc.), sob o signo anacrônico das políticas da vida e da morte, dos comércios dos nomes da história, das ficções a respeito dos nascimentos, dos combates pelos destinos das imagens, com os quais, em suma, os documentos da cultura não se separam nunca dos documentos da barbárie. Ao seu modo, Rogério Sganzerla diria o mesmo ao se referir ao seu filme “fora da lei” lançado em 1968 e premiado no Festival de Brasília, no mesmo ano:

Estou filmando a vida do *Bandido da luz vermelha* como poderia estar contando os milagres de São João Batista, a juventude de Marx ou as aventuras de Chateaubriand. É um bom pretexto para refletir sobre o Brasil da década de 60. Nesse painel, a política e o crime identificam personagens do alto e do baixo mundo (2008, p. 17).

Um bem e sua economia, *capital* é, também, a pena máxima e seu excesso.

CAPITAIS: BUENOS AIRES, UMA E OUTRA VEZ

Buenos Aires chegaria a 1968 pela via da repetição, valeria dizer, sob a marca muda da diferença, ou ainda, sob o signo silencioso da pulsão de morte. Em uma primeira tentativa, resultante da expedição de Pedro de Mendoza, celebrenmente relatada pelo mercenário bávaro Ulrich Schmidel, *Buenos Ayres* mostrou-se como um dos primeiros e desastrosos resultados do avanço da globalização na região: débil fortificação levantada por homens igualmente debilitados, num território habitado pelos *querandís*, logo a povoação cederia à fome e ao assédio dos povos autóctones (Cf. SCHMIDL, 1993; GIORGI, 2016). Daí que o gesto tenha sido repetido, diferido, deixando marcado o fundamento ausente de toda origem: apenas em 1580, *Buenos Ayres* encontraria em Juan de Garay seu paradoxal segundo fundador. Uma segunda fundação que seria ameaçada em 1806 e 1807, no contexto das guerras napoleônicas, quando a Inglaterra invade a capital-porto e Buenos Aires precisa ser reconquistada e defendida. É assim que a fundação retorna, uma e outra vez, do futuro; de modo que esse episódio singular-plural não cessa de produzir efeitos *a posteriori*, alguns deles notadamente em 1968. Também então os acontecimentos são tensionados, de um lado, por uma crítica de viés *a-fundacional* (como em *Conciencia y estructura*, de Oscar Masotta, ou emblematicamente em *Vera historia de Indias*, de Oski, ambos publicados em 1968) e, de outro, por projetos *corretores da fundação*, tributários de um liberal-conservadorismo anglófilo pouco tolerante com planos nacionalistas centrados na interferência do Estado e na figura paternal de um líder. Nesse sentido, nos quadros de *Sur* concentram-se vozes que marcam, de modo geral, uma posição celebratória do fim dos tempos “populistas” do governo de Perón. E seria preciso não esquecer que uma de suas vozes mais célebres, Jorge Luis Borges, ainda em 1929 – no auge da crise entre liberalismo e democracia, portanto – já havia elaborado em livro primeiro sua “Fundación mitológica de Buenos Aires”, quarenta anos depois diferida como “Fundación mítica de Buenos Aires”¹⁰.

Mas consideremos aqui outro autor também presente na revista de Victoria Ocampo, todavia menos célebre. Conquanto se sustente basicamente na ironia, a narrativa *Buenos Ayres City*, publicada em 1968 por Marcos Victoria, não deixa de apontar na direção mencionada. Definida como “una ucronía”, encena o que possivelmente resultaria da realização de grande parte das utopias liberais locais. A despeito dos estereótipos e do esquematismo, dos quais redundam a carga irônica, o efeito decantado no texto apresenta um caráter retrospectivamente corretivo que não se disfarça: se a primeira invasão inglesa, em 1806, pôde ser repelida com a mobilização da resistência de civis e militares, a mesma sorte não teve a segunda ocupação, no ano seguinte, sob o comando do general John Whitelocke, que, na ucronia, teria logrado vencer as defesas locais e fazer, de Buenos Aires, “Buenos Ayres City”, submetendo as Provincias Unidas del Río de la Plata, ou

¹⁰ Uma primeira versão do poema fora publicada em 1926, em *Nosotros* (Buenos Aires, año 20, vol. 53, n. 204). Em 1929, ele aparece no volume *Cuaderno San Martín*. Quarenta anos depois, no prólogo da edição de 1969, lê-se: “Debo al lector algunas observaciones. Ante la indignación de la crítica, que no perdona que un autor se arrepienta, escribo ahora *Fundación mítica de Buenos Aires* y no *Fundación mitológica*, ya que la última palabra sugiere macizas divinidades de mármol” (BORGES, 1984, p. 79).

“Viceroyalty of River Plate” (1968, p. 10), ao jugo da Coroa Britânica. Desse sucesso decisivo, segundo a narrativa de Marcos Victoria, adviriam as mais importantes características da colônia: progresso, economia, ordem, beleza, sociedade, cultura etc. Características louvadas pelo narrador (um jornalista norte-americano que pretende investigar os rumores de insurreição) e que prevaleceriam, não fosse a perturbação revolucionária: desde as Malvinas, sede do governo *criollo* em exílio, preparava-se, segundo os boatos, uma iminente invasão da Patagônia, com o apoio de membros da sociedade portenha. Essa perturbação da ordem colonial mantém a tensão na fábula de Victoria; fábula coetânea dos inúmeros eventos que de fato colocavam em questão a moral societária do Ocidente, com importantes desdobramentos no território argentino (da culminação do itinerário das vanguardas com *Tucumán Arde*, em Rosario e Buenos Aires, ao *Cordobazo* de maio de 1969). Quer dizer: não é que a narrativa se empenhe em realizar as utopias liberais anglófilas concebendo para isso um território imune, depurado, isento de lutas, absolutamente próprio, então, para uma positividade sem resto dos ideais de igualdade, liberdade, fraternidade etc., onde mesmo o direito pudesse ser abolido; mas sim que tais lutas e diferenças, tais disputas entre cadeias antagônicas dar-se-iam, a partir da correção histórica operada pela narrativa, sobre a herança inglesa, indelével e estruturante mesmo após uma descolonização pela via revolucionária: “Una cultura más madura, aunque derrotada en el campo de batalla, impone a sus vencedores su lengua, sus obras maestras literarias y sus tradiciones, hasta muchos siglos después” (1968, p. 118). O que, de qualquer maneira, não livraria a promessa que vinha do exílio de sua perniciosidade: liberação para o atraso seria a maior ameaça para uma nação que, graças à postergação da independência, havia progredido tanto.

Fora das cidades, só a barbárie, afirmou Sarmiento. O mesmo vale para *Buenos Ayres City*. No exílio das Malvinas, o que se agita é farto de carências de toda ordem: pobreza, nostalgia, corrupção, burocracia, demagogia, dissimulação, idolatria etc. Um exílio que se encadeia, pela equivalência de distintas demandas insatisfeitas, com nativismo, com Resistência, com povo; mas um nativismo exótico e primitivo, uma resistência frouxa e um povo volúvel, influenciável pelo personalismo de líderes duvidosos com governos incompetentes; um povo ignorante, absolutamente despreparado, portanto, para seguir conduzindo, por via democrática e independente, o progresso da nação. Essa é a conclusão a que chega o narrador de Marcos Victoria, depois de suas investigações na colônia britânica e, particularmente, depois da visita à sede do governo *criollo* no exílio, uma ilha de precariedades e absurdos sem fim:

Quizás mi viaje a las Malvinas sea lo que ha molestado a las autoridades inglesas y provocado la orden de expulsión. Al fin y al cabo, allí está constituido un “Gobierno argentino en exilio”, en virtual guerra con el Virreinato y el gobierno inglés. ¡Cuánto menos rígidas habrían sido conmigo las autoridades británicas si hubieran conocido las páginas que de allí traje! Pues si la situación actual en el archipiélago es un reflejo de lo que será el Virreinato, ¡qué sombríos días esperan a la pujante nación del Plata, y con cuánto entusiasmo pedirían sus habitantes la permanencia del Virrey! Desarrapados, hambrientos, sin recursos, los ocupantes de 1940 (una vez evacuada la mayoría de los colonos ingleses) resultaron incapaces de modificar en lo más mínimo la vida primitiva que encontraron.

[...] Me voy con un peso en el corazón. No sólo por las graves jornadas que aguardan a Buenos Ayres City, por los odios que estas luchas fraternas dejarán detrás sino por la ruptura de este equilibrio, esta estabilidad que he podido observar en las clases sociales, y que son el

fundamento de la prosperidad. Los ingleses, en un siglo y medio, con ingenio y con testarudez han enseñado a esta nación las virtudes del trabajo y de la tenacidad, de la tolerancia y del ahorro, de la iniciativa personal y de la libre comunicación. ¿Qué ocurrirá ahora? (VICTORIA, 1968, p. 134-135).

A narrativa se encerra com os esclarecimentos que o jornalista obtém de Manuela, personagem que o acompanhou desde o início de suas investigações. É ela quem explicita a ingenuidade do “populacho”, que no exílio ou no Vice-reinado não passa de massa de manobra para a concretização de uma revolução conservadora, instrumento para conciliação da ruptura e da manutenção do poder¹¹. Diante disso, diz o narrador, não há motivos para temer:

– [...] Mañana usted y su patria escogerán su camino propio. No tengo miedo por el porvenir. De veras, mi querida amiga. Se llamará Argentina ¿verdad? Será libre y tendrá los mejores gobernantes. ¡Enhorabuena! (VICTORIA, 1968, p. 137).

Finalmente, na ucronia de Marcos Victoria, a questão pode ser formulada de maneira circular: se uma emancipação se impõe, melhor que seja em relação ao domínio britânico; e se tal emancipação segue a via revolucionária, então a tarefa é conservar intacto, tanto quanto possível, o inestimável legado da dominação. Para isso, ao que parece, uma condição é *fundamental*: há de se exilar a barbárie, o povo, o popular, o populacho; há de se discriminar liberdade e inclusão, liberalismo e democracia, a fim de se preservar a civilização de seu depauperamento. Algo que Marcos Victoria já havia proposto, em outras palavras, num artigo publicado em *Sur*, em 1957, no qual predomina a associação entre cultura de massa e cultura popular (Cf. NOVAES, 2006, p. 106). Seguindo um tom de censura à la Greenberg, em “El cine y la cultura ‘Kitsch’” critica-se a vulgarização da cultura, que é a regra da sociedade de massa. Tudo conduz a uma “conclusión marcadamente pesimista”, que afirma, sustentando a opinião de Horkheimer, que “el desarrollo ha cesado de existir” (VICTORIA, 1957, p. 81).

A-FUNDAÇÕES: VERA HISTORIA

O viés de uma crítica *a-fundacional* a respeito da fundação de Buenos Aires poderia ser retraçado longamente. Se muitos meios o desdobram, talvez os periódicos de grande circulação sejam alguns dos mais interessantes. Afinal, *Rico Tipo*, *Tía Vicenta* e *Qué sucedió en siete días* foram cenários privilegiados, na segunda metade dos anos 1950 e início dos anos 1960, para que posições e partidos se colocassem publicamente. *Rico Tipo* e *Tía Vicenta* participam de maneira decisiva do que poderia ser definido como uma

¹¹ “–Hope es uno de los que creen que dirigen la sublevación y se lo dejamos creer. Como pudo comprobarlo personalmente es un demagogo ignorante, y sólo capaz de arrastrar al populacho; pero no posee ni formación intelectual de estadista ni personalidad moral como para gobernarnos. Los miembros de nuestra Junta jamás han intervenido en luchas políticas. Algunos pertenecen al ejército [...]. Todos tienen apellidos ingleses, pero comprenden que tarde o temprano se debía llegar a la segregación. Lo único que desean es que sea lo menos dolorosa posible, para que nuestro Virreinato continúe su desarrollo libremente” (VICTORIA, 1968, p. 136-137).

arqueologia do humor, sobretudo do humor gráfico, na Argentina. Trabalhos de autores como César Bruto, Oski, Landrú, Copi, Quino, Vergara, entre outros, estiveram presentes em suas páginas, que, mesmo não encorpando uma posição política ou ideológica coesa e explicitamente definida, respondiam por uma crítica de princípio democrático-liberal. *Qué...*, por sua vez, baseou seu aparecimento em 1946 na aclimação do modelo da estadunidense *Time* e na paradoxal intenção de ser não apenas informativa, mas principalmente formativa, orientadora, sem abrir mão, contudo, da neutralidade e da objetividade necessárias; o que tenderia, ao longo de sua segunda época (novembro de 1955 a abril de 1959), para uma declarada militância política, quando a revista, com alcance massivo, tornou-se, primeiro, opositora do governo de Aramburu e, logo, privilegiada propagandista e plataforma ideológica de Frondizi e Frigerio, com um projeto desenvolvimentista que afinal obteve a eleição em 1958 (e a deposição pelos militares em 1962), após o pacto – que logo se mostraria frustrado – com Perón¹². Daí que, embora alguns nomes do humor gráfico da época (Garaycochea, Quino, Faruk) mantivessem certa independência e compartilhassem os espaços de publicação, havendo colaborado com as duas revistas, *Tía Vicenta* rivalizasse com a revista *Qué...*, criticando Arturo Frondizi e seu *desarrollismo*, em grande medida devido à ambígua política que ele mantinha com a esquerda, o peronismo e os militares (para a esquerda, seu governo resultaria pró-imperialista; para o peronismo proscrito, pouco nacional-popular e até mesmo, como para os militares, tendencialmente subversivo), mas igualmente por polêmicas mais pontuais e correntes, como o papel que o governo designava aos investimentos de capital estrangeiro e sua relação com a política petrolífera que então era colocada em prática (Cf. LARSEN, 2014).

Os trabalhos resultantes do encontro de César Bruto (Carlos Warnes) com Oski são ineludíveis para as proposições aqui apresentadas. Trata-se de uma parceria que já havia começado em outro periódico, *Cascabel*, e que continuou em *Rico Tipo*, revista criada em 1944 por José Antonio Guillermo Divito, e *Tía Vicenta*, cuja primeira aparição data de 1957, dirigida por Landrú (Juan Carlos Colombres). “Versos & Notícias” [sic], uma coluna emblemática, marcou a publicação *Rico Tipo* e o trabalho de ambos os autores com a escrita “macarrônica” de Bruto, acompanhada das *fotoskis*, desenhos que emulavam de modo burlesco as fotografias comumente estampadas nos diários, como comentários que pareciam manter sua força numa relação proporcional com a sutileza empregada. Mas em *Rico Tipo* também já se dá a ver o interesse de Oski por uma espécie de tradução *a contrapelo* da história do Ocidente, numa singular leitura que, sem esquecer os grandes marcos do chamado processo civilizatório, tampouco desdenha os pequenos acontecimentos, as situações marginais, os fatos, costumes e usos que não encontram expressão na língua e nos lugares oficiais, porquanto atravessados pelo viés do ridículo, da inadequação, do fantasioso ou de uma estranha banalidade. Seus inventários disparatados relacionarão os inventos, os esportes, o baralho, o zodíaco, os pecados capitais, o Kama-sutra etc. Assim Oski ensaia sua arqueologia, sua micro-história: valendo-se de um procedimento crítico que muitas vezes consiste em colocar em contato

¹² Seus criadores foram Baltazar Vicente Jaramillo, advogado de militância no Partido Comunista, e Rogelio Frigerio, quem já vinha incentivando equipes de estudo dedicadas a diferentes problemáticas referidas ao desenvolvimento nacional e a industrialização. Cf. LARSEN, 2014.

visões, tempos e lógicas dissímeis, de maneira que uma *a-logicidade* se apresente em seu aspecto comum e contemporâneo, como um centro vazio, ou um *desastre* impessoal que toca as mais distintas culturas.

Em *Tía Vicenta*, “Brutoski” é o nome que resulta da síntese analógica das duas assinaturas e que assina páginas notáveis como os “Cursillos Básicos de Historia”, nas quais são apresentadas, sem o prejuízo de uma distinção grosseira entre realidade e ficção, leituras das histórias de distintos povos e culturas, tais como “Los Chinos”, “Los Centauros”, “Los Troyanos”, “Los Babilónios”, “Los Cartagineses”, “Los Antípodas”, “Los Espartanos”, “Los Romanos”, “Los Dinamarqueses” etc.¹³; ou o “Gran Medical Brutoski Enciclopediae”, com verbetes que recriam o contágio do pretense corpo imunitário, do cerrado *logos* da medicina, com elementos aparentemente estranhos, mas originários, uns e outros, de um mesmo passado *an-árquico*, em que se abismam os modernos saberes da ciência, da literatura, da história, da filosofia etc., desconhecendo qualquer autonomia e partilhando, ao contrário, uma indecidibilidade originária, uma impropriedade, entre si e também com os arcaicos conhecimentos da religião, da mitologia, da poesia, da natureza etc. É assim, por exemplo, que na página destinada às entradas com inicial “C” podem ser lidos verbetes como: “Comadrona”, “Ciensia Ficción” [sic], “Calígula”, “Cain” e “Colón” (TÍA VICENTA, 1960). Trata-se, com essa excêntrica cadeia significativa, da restituição da potência do *phármakon*: coloca-se em questão justamente uma ideia de memória viva (referente, presente, falante, consciente), confrontando-a com a força expropriadora da escrita (órfã, dada ao esquecimento, à inconsciência, à diferença). E certamente não se está distante, aqui, de uma proposta lúdica para o entendimento da história: uma proposição de escritura que arranja, sobre o tabuleiro e meio ao acaso, as peças disponíveis, no caso, as palavras, as imagens: o sensível. Não é por menos que em 1963 um texto de César Bruto seja escolhido por Julio Cortázar para servir de epígrafe a *Rayuela*, justaposto logo após o seu *tablero de dirección* (Cf. CORTÁZAR, 1963, p. 7).

Agora, se o bestiário de Oski está espreado, mas significativamente condensado em *Vera historia natural de Indias* – conjunto de serigrafias resultante da permanência do autor no Chile da Unidad Popular, em 1972, como parte de um itinerário de viagens que incluiu um período em Cuba, logo após a Revolução, e passagens por outros países da América Latina e Europa (Cf. REP, 2013) –, *Vera historia de Indias*, publicado em 1968, dá continuidade aos trabalhos em periódicos coetâneos de *La primera fundación de Buenos Aires*, esta uma animação filmada por Fernando Birri e produzida por León Ferrari a partir de quadro que Oski realizou baseado no relato de Schmidel e nas ilustrações da edição de Levinus Hulsius sobre a fundação da cidade-porto, que tão bem destacam não só o fracasso do episódio fundacional como também os eventos ligados ao canibalismo praticado pelos espanhóis famintos (Cf. GIORGI, 2016). Tais eventos, como vemos, estão sintonizados com distintos pensamentos a respeito do aspecto *a-fundacional* de qualquer fundação e da barbárie dos projetos civilizatórios. Mas nas publicações de

¹³ As edições são, por ordem de apresentação, as seguintes: *Tía Vicenta*, ano IV, n. 153, 9 jul. 1960; ano IV, n. 154, 16 jul. 1960; ano IV, n. 155, 23 jul. 1960; ano IV, n. 156, 30 jul. 1960; ano IV, n. 158, 13 ago. 1960; ano IV, n. 159, 20 ago. 1960; ano IV, n. 161, 3 set. 1960; ano IV, n. 162, 10 set. 1960; ano IV, n. 163, 17 set. 1960.

Oski está desdobrado de modo notável um sentido para a faculdade mimética do traço que, ao que parece, convém singularmente ao seu trabalho, no caso de as traduções desenhadas do autor serem entendidas como uma espécie de gesto repetido: como o que um mímico executa e no qual repousa todo o efeito avacalhador de sua performance. Afinal, os comentários de Oski parecem não deixar de manter uma fidelidade aos textos alheios que lhes servem de ponto de partida. São, em certo sentido, traduções literais. Assim como já ocorrera em *La primera fundación de Buenos Aires*, em *Vera historia de Indias* crônicas são repetidas no desenho, excessivo em detalhes, e, a rigor, não há essencialmente nada que faça desmerecer uma ou outra versão da narrativa. E – dir-se-ia – “tudo está aí”. Pois há sim uma diferença que tanto drena como produz sentido: nessa passagem, trata-se, por assim dizer, de uma desnaturalização da história, ou da exposição de sua natureza artificial. Um caráter destrutivo que tende a suspender o *telos* ocidental e toda essencialização dos efeitos por ele produzidos. Em outras palavras: *uma impressão de 1968*. Escreve José Luis Lanuza:

Como vistos a través de un lente quevedesco, indios y conquistadores gesticulan en un mundo estrafalario poblado de fieras, de plantas medicinales, de pejes bueyes, de mosquitos y de picaflores. Y a ratos nos parece que esta historia absurda puede ser más verdadera que la que nos muestran las convencionales láminas de historia (OSKI, 2006, p. 12).

ÍNDIOS, INDÍGENAS, ALIENÍGENAS

Em sintonia com a crítica que descapitaliza Brasília, expondo sua teleologia ao vazio sobre o qual ela se funda, algo parece ficar claro nessas pacientes investidas de Oski: a contingência do mundo que, a cada vez, é oferecido à leitura; de maneira que a questão se registra, mais uma vez, no tempo, no acontecimento e em suas condições de possibilidade. É sem dúvida a questão do começo que reincide. É a questão da origem, de cada fundação que, ao fundar-se, se cita. Em 1958, os pioneiros indígenas mexicanos da peça *Los indios estaban cabreros*, de Agustín Cuzzani, rumam ao Oriente, antes da vinda de Colombo, em busca do paraíso e da salvação, e nada mais encontram do que uma tradução de seus próprios medos, mitos e projeções (Cf. CUZZANI, 1958). Luis Felipe Noé, por sua vez, elaborará em 1992 *A Oriente por Occidente. Descubrimiento del llamado descubrimiento o (del origen) de lo que somos y no somos*, um livro que, esquivando-se dos marcos celebratórios da data, trata dos princípios da ontologia na cultura ocidental a partir do “descobrimento”: aqui, tanto quanto a origem é um suplemento (“del origen” é incorporado ao subtítulo do livro por meio de um recurso gráfico que emula a gestualidade do escrito à mão, deslocado e *a posteriori*, como se feito só depois de o livro ter sido impresso), a definição comunitária que vem a seguir comporta uma diferença radical, já que o descobrimento encerra, como se lê, aquilo que “somos y no somos” (NOÉ, 1992)¹⁴.

¹⁴ Em 2000, o livro seria inserido como elemento signifiante em uma grande instalação nomeada *Reflexiones con texto y fuera de contexto*, na qual Noé “se presentaba a sí mismo en sus muchas facetas de artista, pensador, teórico, ciudadano (incluyó una copia de su documento de identidad)” (COSTA, 2014, p. 36).

Não se trata do descobrimento de qualquer essência, nem a “mesma”, nem “outra”: trata-se, sim, *do descobrimento do chamado descobrimento*, ou seja, da ficção do descobrimento; de como se funda sua fábula, seu mito. Da articulação dos elementos em jogo resulta uma possível compreensão de como se exerce um poder, como seus efeitos são regulados. Para descobrir o Amazonas, “Il faut l’avion”, disse Henri Michaux (ANTELO, 2012, p. 2). Noé, em torno dos paradoxos da história ocidental – “clave de nuestros mayores defectos societarios pero también de nuestra mayor riqueza cultural” –, sintetizará a questão: “como sin poder no hay descubrimiento, esa riqueza no será reconocida hasta que tengamos el coraje de asumir el poder de autodescubrirnos y hacer creer a los otros que son ellos los que nos descubren” (NOÉ, 1992, s/p)¹⁵. É por isso que retorna, ainda outra vez, a primeira, a segunda – a penúltima fundação da cidade; que retornará, também é certo, inúmeras outras vezes, dado que sua ausência fundante – seu “ser” a-fundacional – está marcada pela própria possibilidade da leitura, que é sempre promessa, espera, demora, e não *plano piloto*; um investimento sem retorno, poderia ser dito, mas com o qual sempre se arrisca, de modo ineludível, o poder, com o retorno, a partir do futuro, dos micropoderes sem tradição, das genealogias bastardas, das vozes caladas, dos despojos dos vencidos etc. Se “el descubrimiento aún no sucedió”, como escreve Noé, com Oski, em *Vera historia de Indias*, essa tensão novamente recai na prótese de Buenos Aires nas cercanias do Rio da Prata.

O retorno da *Segunda fundación de Buenos Aires* traz como texto não somente a “Acta de fundación de Buenos Aires” – segundo consta no Archivo General de Indias e na qual podem ser lidos os termos de apropriação e repartição do território por Juan de Garay, bem como os dispositivos que se destinam a assegurar os efeitos da teatralidade do rito fundador –, mas igualmente, como subtexto, a célebre segunda versão – a *corrigida* – de *La fundación de Buenos Aires*, de 1923, tela do espanhol José Moreno Carbonero que hoje se encontra no Salón Blanco del Palacio Municipal. As linhas da ata de fundação citadas por Oski são as seguintes:

En el nombre de la Santísima Trinidad, padre e hijo y Espirito Santo, y de la gloriosísima Virgen Santa María, su madre, yo Juan García Garay, teniente de Gobernador y Capitán General y justicia mayor y alguacil mayor en todas estas provincias, digo que, en nombre de la magestad Real del Rey don Felipe nuestro señor, hoy sábado, día de San Bernabé, once días del mes de junio del año del nacimiento de nuestro señor Jesucristo de mil quinientos ochenta años, estando en este puerto de Santa María de Buenos Aires, que es en la provincia del Rio de la Plata, intitulada la nueva Vizcaya, e fundo en el dicho asiento e puerto una ciudad, la cual pueblo con los soldados y gente que al presente tengo, y la dicha ciudad, mando se intitule la ciudad de la Trinidad [...] y así lo dijo y declaró y mandó –testigos los dichos, Juan de Garay, Pedro de Jerez, Escribano público. [...]

¹⁵ É notável como se dispõe a leitura de Noé sobre a cartografia acessível aos navegantes na época dos descobrimentos, à luz de testemunhos deixados principalmente por Colombo. Por um procedimento de montagem, de citação, Noé expõe a relativa centralidade (expõe que a centralidade é um efeito de determinado poder), salientando, por exemplo, “que el conocimiento que se tenía de la Actual América, que figura adherida a Asia en el planisferio de Martellue y en el globo terráqueo [o primeiro que existiu] de Behaim –el cual demuestra que en 1492 se tenía plena conciencia de la redondez de la tierra– era un conocimiento adquirido desde el Pacífico y no por europeos”, ou seja, que Colombo “descobriu” terras que a rigor já figuravam em mapas anteriores à sua primeira viagem; e levando-se em conta os termos do acordo firmado previamente por Colombo e os reis católicos da Espanha, nas Capitulaciones de Santa Fe, poder-se-ia dizer que, se tratou-se de descobrimento, este foi “de direito”, não “de fato”, embora a conquista – que Noé nomeia *holocausto* – tenha sido por meio do poder *de fato*, não *de direito*.

E después de lo susodicho en dicho día mes y año susodicho, el dicho señor general Juan de Garay por ante mi el escribano Perez [sic] de Jerez dice a los dichos señores alcaldes é regidores que se junten y vayan a la plaza pública desta ciudad, y allí le ayuden á alzar y enarbolar un palo é madero por rollo público y consejil, para que sirva de árbol de justicia... y en señal de posesión, hechó mano a su espadón y cortó yervas, y tiró cuchilladas y dijo, que si alguno que se le contradiga parecía, presentes todas las dichas justicias y regidores y mucha gente, y no pareció nadie que lo contradijere, y lo pidió por testimonio é yo el dicho escribano doy fée que nadie pareció á ello (OSKI, 2006 [1968], p. 86).

Em 1968, um olhar como o de Oski acentua o disparate da história, seus embates e aberturas para a contemporaneidade. É, quem sabe, o olhar de um *anarqueólogo*, cuja potência recai na habilidade de situar-se sobre o vazio da fundação ausente: sem dúvida distante dos “brancos” que, ao invadirem o continente, equivocadamente chamaram de “índios” aos habitantes destas terras que seriam por eles dizimados; mas também não coincidente com qualquer olhar romântico sobre os inúmeros povos indígenas da região. Seu olhar é o do estranhamento diante dos tempos: um alienígena sobre um mundo – o seu próprio, o nosso – que resiste às explicações apaziguadoras.

ELÁSTICO, DOBRA OU CIFRA, ENFIM

Em larga escala ecoavam vozes antiimperialistas. Alentava-se a crítica situacionista de Debord, Vaneigem, entre outros. Os estudantes de Paris-Nanterre rebelavam-se contra a Guerra do Vietnã e o colonialismo Europeu; um descontentamento que era inflamado pela luta armada na América Latina (Che Guevara morreu em 1967), na África, pelo movimento negro norte-americano, pela Revolução Cultural na China. Em jogo, o poder das ideologias e as distintas apostas – em pugna – do marxismo (guevarismo, trotskismo, maoísmo etc. etc.). Mas esses estudantes reagem, também, contra o encastelamento do saber universitário, suas hierarquias e seus regulamentos internos, como aquele que proibia rapazes no dormitório feminino. Era uma revolta contra a burocracia das instituições, mas igualmente contra a docilização dos corpos e dos afetos. Desse modo, diríamos que o ano se estende a 1972, e a 1980, com as máquinas de guerra de Deleuze e Guattari – o *Anti-Édipo*, sem dúvida, mas também, já em outra modulação, *Mil platôs* – agenciadas em torno da liberação do desejo, da contestação de sua tutela paternalista e sua economia familiar, e mesmo que seja possível afirmar, muitas vezes, que o Édipo familiar passa bem e continua a impor seu regime ao pensamento (Cf. DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 7). Afinal, 1968 é um ano elástico. Em outra oportunidade, em sintonia com nossos trópicos barrocos, Deleuze anotaria o seguinte: “Um acontecimento não é somente ‘um homem é esmagado’: a grande pirâmide é um acontecimento, e sua duração por 1 hora, 30 minutos, 5 minutos...” (2000, p. 132). Como uma cifra, talvez, 1968 é esse acontecimento que se contrai e se distende; de todo modo, um acontecimento que não cessa de acontecer, diferindo-se, dobrando-se, desdobrando-se, colocando-se enfim como nosso contemporâneo e exigindo, hoje, ou seja, cinquenta anos depois, leitura, debate, elaboração e, em alguns casos, reparação.

REFERÊNCIAS

- ALTAMIRANO, Carlos. *Peronismo y cultura de izquierda*. Buenos Aires: Temas Grupo Editorial, 2001.
- ANTELO, Raúl. *Algaravia: discursos de nação* [1998]. 2 ed. Florianópolis: Edufsc, 2010.
- _____. “Mas, onde fica a viagem?” *Confluenze. Rivista di Studi Iberoamericani*. Bologna, v. 4, n. 1, p. 1-14, 2012.

- ARENDDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. Tradução: Mauro W. Barbosa. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- BORGES, Jorge Luis. *Obras completas: 1923-1972* [1974]. 14 ed. Buenos Aires: Emecé Editores, 1984.
- BOSI, Alfredo. “O nacional, artigo indefinido”. *Folha de São Paulo*: Folhetim, São Paulo, p. 5, 10 maio 1981.
- CORTÁZAR, Julio. *Rayuela*. Buenos Aires: Sudamericana, 1963.
- COSTA, Laura Malosetti. Yo, nosotros, el arte. In: COSTA, Laura Malosetti; BALDASARRE, María Isabel. *Yo, nosotros, el arte*. Buenos Aires: Fundación OSDE, 2014.
- CUZZANI, Agustín. *Los indios estaban cabreros*. Buenos Aires: Editorial Talía, 1958.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Tradução: Aurélio Guerra Neto e Celia Pinto Costa. São Paulo: Ed. 34, 1995.
- _____. *A dobra: Leibniz e o barroco*. Tradução: Luiz B. L. Orlandi. 2 ed. Campinas: Papyrus, 2000.
- GIORGI, Artur de Vargas. “A primeira fundação de Buenos Aires, ainda”. *Pós*: Belo Horizonte, v. 6, n. 12, p. 62-72, nov. 2016. Disponível em: <<https://www.eba.ufmg.br/revistapos/index.php/pos/article/view/445/pdf>>. Acesso em: 21 maio 2018.
- GIUNTA, Andrea. *Vanguardia, internacionalismo y política: arte argentino en los años sesenta*. Buenos Aires: Siglo XXI Edit. Argentina, 2008.
- LACLAU, Ernesto. *La razón populista*. Traducción: Soledad Laclau. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2005.
- LARSEN, Cecilia; DÍAZ, Emiliano Ruiz; DEL ZOTTO, Nicolás (Cur.). *Laboratorio de ideas: La revista Qué sucedió en siete días y su archivo de redacción*. Buenos Aires: Biblioteca Nacional, 2014.
- NOÉ, Luis Felipe. *A Oriente por Occidente*. Descubrimiento del llamado descubrimiento o (del origen) de lo que somos y no somos. Bogotá: Ediciones Arte Dos Gráfico, 1992.
- NOVAES, Adriana Carvalho. *O canto de Perséfone: o Grupo Sur e a cultura de massa argentina (1956-1961)*. São Paulo: Annablume, 2006.
- OSKI. *Vera historia de Indias* [1968]. Buenos Aires: Colihue, 2006.
- PAES, Maria Helena Simões. *A década de 60: rebeldia, contestação e repressão política*. 4 ed. São Paulo: Ática, 1997.
- PEDROSA, Mário. Reflexões em torno da Nova Capital [1957]. In: *Acadêmicos e Modernos: textos escolhidos III*. Otilia Arantes (Org.). São Paulo: Edusp, 1998.
- PERRONE-MOISÉS, Leyla. *Vira e mexe, nacionalismo: paradoxos do nacionalismo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- REP, Miguel; VACCARI, Laura (Ed.). *Oski: un monje enloquecido*. Buenos Aires: Museo Nacional de Bellas Artes, 2013.
- RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. 2 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.
- SCHMIDL, Ulrico. *Crónica del viaje a las regiones del Plata, Paraguay y Brasil*. Traducción: Edmundo Wernicke. Buenos Aires: Ediciones de la Veleta, 1993 (Con ilustraciones; del manuscrito de Stuttgart, con anotaciones críticas, precedido de estudios; original y *editio princeps* de 1567).
- SCHWARZ, Roberto. Cultura e política: 1964-1969. In: *O pai de família e outros estudos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 61-92.
- SGANZERLA, Rogério. *O Bandido da Luz Vermelha: argumento e roteiro de Rogério Sganzerla*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2008.
- TERÁN, Oscar. Cultura, intelectuales y política en los 60. In: KATZENSTEIN, Inés. *Escritos de vanguardia*. Arte argentino de los años 60. Buenos Aires: Fundación Espigas, 2007, p. 270-283.
- VICTORIA, Marcos. *Buenos Ayres City: una ucronía*. Buenos Aires: Editorial Losada, 1968.
- _____. “El cine y la cultura ‘Kitsch’”. *Sur*, Buenos Aires, n. 248, p. 78-86, sep.-oct. 1957.



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.